

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 538.599 - SP (2019/0303781-2)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
BRUNO MARTINELLI SCRIGNOLI - SP332406
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : WANDERSON ANTUNES DE ALMEIDA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Em razão do indeferimento do pedido liminar formulado no HC n. 2217607-47.2019.8.26.0000, que tramita no Tribunal de Justiça de São Paulo, impetrou-se este *habeas corpus*, no qual se pretende a superação do óbice da Súmula 691/STF e a imediata revogação da prisão preventiva decretada contra **Wanderson Antunes de Almeida** no Processo n. 1502698-46.2019.8.26.0548, da Vara Única da comarca de Cosmópolis, ao argumento, em suma, de falta de fundamentação idônea a amparar a custódia.

É o relatório.

Segundo a orientação jurisprudencial, é inadmissível a impetração de *habeas corpus* contra decisão denegatória de provimento cautelar (Súmula 691/STF). O rigor na aplicação desse entendimento, porém, é atenuado nas hipóteses de manifesta ilegalidade ou abuso de poder, bem como nos casos de decisões manifestamente teratológicas ou contrárias à jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

Na espécie, percebo estar diante de evidente ilegalidade, porquanto o decreto de prisão não indicou nenhum elemento concreto que evidencie a real necessidade da prisão do paciente.

Confira-se a decisão da Juíza (fls. 22/23 – grifo nosso):

[...] Vistos. No âmbito da ciência do auto de prisão em flagrante lavrado contra WANDERSON ANTUNES DE ALMEIDA, nos termos do disposto no art. 310 do CPP, passo a decidir. Não vislumbro ilegalidade evidente na constrição ordenada. O auto de prisão em flagrante encontra-se formalmente em ordem e não existem nulidades ou irregularidades a serem sanadas. Em outras palavras, a situação fática encontra-se subsumida às regras previstas pelo art. 302

Superior Tribunal de Justiça

do CPP. As demais providências que se seguem à prisão em flagrante foram regularmente tomadas, conforme se verifica dos presentes autos. Noto que o autuado foi preso em flagrante pela prática, em tese, do delito previsto no artigo 33 da Lei de Drogas. Ao menos em princípio, e sem adentrar o mérito, não houve equívoco algum na prisão efetuada, não havendo que se falar em relaxamento da prisão em flagrante. De outro lado, verifico que a Lei 12.403/11, que alterou dispositivos do Código de Processo Penal, estipulou que as medidas cautelares penais serão aplicadas com a observância da necessidade de aplicação da lei penal, necessidade para a investigação ou instrução penal e para evitar a prática de infrações, devendo a medida em questão, ainda, ser adequada à gravidade do crime, às circunstâncias do fato e às condições pessoais do averiguado (art. 282 do CPP). Na condição de uma dessas medidas cautelares, a prisão preventiva só será cabível quando as outras cautelares se mostrarem insuficientes ou inadequadas para o caso concreto (art. 282, § 6º, do CPP). Os pressupostos e os requisitos para a decretação da prisão preventiva estão previstos no art. 312 e art. 313 do CPP os quais, entendo, devem ser analisados conjuntamente. O art. 312 do CPP repete a antiga redação para a prisão preventiva, ou seja, somente em casos de existir prova da existência do delito e de existirem indícios da autoria a prisão preventiva poderá ser decretada, desde que o seja para garantia da ordem pública, para garantia da ordem econômica, para conveniência da instrução processual e para assegurar a aplicação da lei penal. Além disso, somente será decretada a prisão preventiva – pois o art. 313 do CPP faz menção expressa ao artigo 312, acrescentando parâmetros – nos casos dos delitos dolosos cuja pena máxima seja superior a quatro anos, nos casos de reincidência, nos casos de violência doméstica contra mulher, contra criança, adolescente, idoso, enfermo ou pessoa com deficiência e, nestes últimos casos, para garantir a execução de medidas protetivas, e nos casos de dúvida sobre a identidade do averiguado. **No caso em tela estão presentes os requisitos para conversão em prisão preventiva do averiguado. A prova da materialidade vem demonstrada pelos documentos contidos no auto de prisão em flagrante delito, especialmente pelo auto de exibição e apreensão e pelo laudo de constatação preliminar de entorpecentes, e os indícios de autoria também estão presentes, eis que o autuado foi flagrado na posse de quantidade relativa de entorpecentes de naturezas diversas, além de quantia em dinheiro e três aparelhos de telefonia celular. Não bastasse, o autuado confessou seu envolvimento com o tráfico de drogas. Há inegáveis indícios de autoria, portanto. O delito é grave, equiparado a hediondo, e a ele é cominada pena superior a 4 anos de reclusão. Com o autuado foram encontradas porções de droga em quantidade considerável, de naturezas diversas. E segundo o que informou, não possui ele ocupação lícita, tampouco residência no distrito da culpa. Tudo isso recomenda o resguardo da ordem pública, da instrução processual e do cumprimento da lei penal. Considerando as condições pessoais do averiguado, a natureza do delito e as circunstâncias do fato, a liberdade provisória e as medidas cautelares diversas da prisão (previstas no art. 319 do CPP) são, ao menos por ora, absolutamente inadequadas e insuficientes para o caso concreto aqui analisado, razão pela qual, nos termos do art. 282, c.c. art. 310, II, do CPP, a conversão da prisão em flagrante em prisão preventiva mostra-se de rigor.** Dessa forma, nos termos do art. 310, II, do CPP, CONVERTO EM PRISÃO PREVENTIVA a prisão em flagrante aqui comunicada e determino a expedição do necessário à manutenção da segregação cautelar, mandado de prisão preventiva, em desfavor de WANDERSON ANTUNES DE ALMEIDA.

Como se vê, limitou-se a magistrada de piso a tecer considerações relativas à

Superior Tribunal de Justiça

gravidade abstrata do delito. Observo que houve simples referência à circunstância de terem sido encontradas com o autuado *porções de droga em quantidade considerável* (fl. 23), desacompanhada de qualquer justificativa, nem sequer tendo sido indicado o peso real do entorpecente.

Parece-me, assim, excessiva no caso concreto a prisão preventiva, sendo recomendável a aplicação de outras medidas cautelares.

Ante o exposto, **defiro** medida liminar para permitir que **Wanderson Antunes de Almeida** aguarde em liberdade o julgamento do presente *writ*, salvo se por outro motivo estiver preso e ressalvada a possibilidade de haver decretação de prisão, caso se apresente motivo concreto para tanto.

Imponho-lhe, por ora, as medidas cautelares previstas no art. 319, I e IV, do Código de Processo Penal, devendo o Juízo de primeiro grau estabelecer as condições.

Comunique-se, com urgência, ao Juízo de origem para que sejam tomadas imediatas providências, solicitando-se informações detalhadas acerca do andamento do Processo n. 1502698-46.2019.8.26.0548, bem como sobre a atual situação do paciente.

Com a anotação de que o deferimento da presente medida não prejudica a análise do mérito do HC n. 2217607-47.2019.8.26.0000 pelo órgão competente, solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora a respeito do eventual julgamento do *writ*.

Após, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília, 09 de outubro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator